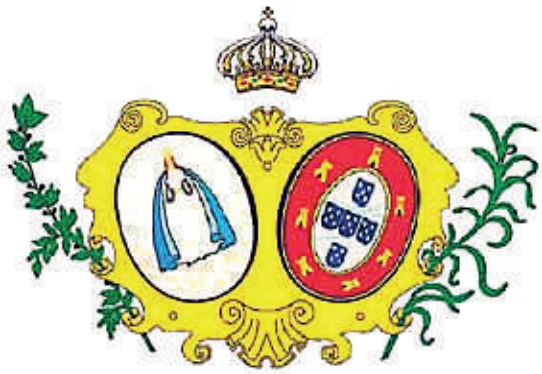




Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua

Volume 1, Edição 33
Boletim Semestral
Março de 2025

Tem a Palavra

A nossa Instituição celebrou o seu 97º. Aniversário. É muito tempo, mesmo para uma Instituição nascida para servir aqueles que mais necessitam, os mais débeis neste mundo frequente injusto e desigual.

Há quase cem unos, um grupo dedicado de reguenses meteu-se em canseiras, para dar continuidade ao legado que no tempo do rei D. Luiz I permitiu fundar na então vila da Régua, um Hospital que ao longo das décadas se impôs como uma referência.

Sabemos disso, porque sabemos acerca História que se preservou para que no presente se opte pelos caminhos do futuro. Esta é a nossa principal preocupação cientes que estamos de que os tempos não estão nada fáceis, devido a circunstâncias que quase se não podem controlar.

Como se sabe, para que haja obra, é essencial que existam homens e mulheres que com o seu esforço a concretizem, a cimentem e desenvolvam. Entre nós, temos muitos e bons. Temos gente e Instituições com provas dadas.

Por isso, reconhecemos e agradecemos. Aproveitam a celebração do aniversário, homenageamos o senhor professor Fernando Adriano Pinto, um exemplo de empenho cívico e político de âmbito regional, e o senhor Júlio Alfredo Mota, igualmente merecer de realce na sociedade e, principalmente na Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua, onde ao longo de muitos anos, deu o seu grande contributo.

No âmbito das Instituições, distinguimos a Câmara Municipal do Peso da Régua, com a qual desenvolvemos uma profícua parceria desde há muito, e os Bombeiros Voluntários do Peso da Régua, incansáveis e sempre prontos, no serviço que disponibilizam aos nossos utentes.

União, motivação e trabalho conjunto são cada vez mais, imprescindíveis. Este nosso pequeno universo que é a nossa Santa Casa, sabe disso, por isso, podemos apontar e seguir os caminhos do futuro.

Espírito Solidário

Propriedade: **Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua**

Director: **Manuel Mesquita**

Entrevista ao Professor Manuel José Mesquita – Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua



O 97º. Aniversário da nossa Instituição, cuja comemoração deu o ensejo para se homenagear o prof. Fernando Adriano Pinto e o ex-Vice Provedor Júlio Alfredo Mota, dando-se também distinção à C.M. do Peso da Régua e aos Bombeiros Voluntários, é tema da entrevista a par da situação da Creche e da nova Unidade de Convalescença.

Solidariedade é um rio que nasce no coração e desagua na mão que dá, fazendo uma ponte eterna para a mão que recebe

Entrevista ao Professor Manuel José Mesquita Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua

O aniversário, a Creche, a nova Unidade de Convalescença

O Aniversário

Estamos a gravar esta entrevista, poucos dias após a comemoração do 97.º aniversário da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua. Quase um século...

Sim. Já não falta muito, e ainda bem que iremos estar com o mandato em curso quando for o centenário da nossa instituição porque seremos nós os promotores dessa festividade. Uma data, obviamente, marcante.

Na celebração do 97º aniversário, aproveitamos a oportunidade para fazermos algumas homenagens mais que merecidas, a duas pessoas e a duas Entidades, o “nosso” Júlio Mota, o senhor professor Fernando Pinto, a Câmara Municipal do Peso da Régua, e a Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Peso da Régua.

Foi uma festa simples, como recomendam os tempos em que vivemos. O que importa, é que distinguimos a data e homenageamos e relembramos o trabalho que essas duas pessoas desenvolveram, e a colaboração que essas duas Entidades prestaram e prestam à nossa Casa.

Como referi no meu discurso, um povo sem memória, é um povo sem história, aplicando-se esta realidade também às instituições. Se não fomentarmos e não fortalecermos a nossa identidade através da história, mostrando aos vindouros o que fomos, enquanto comunidade e enquanto instituição, também a nossa identidade se perde.

As pessoas que foram homenageadas devido ao que deram à instituição, nomeadamente o senhor Júlio Mota, infelizmente falecido poucos dias antes da homenagem...

Foi realmente assim, com muita pena da nossa parte. Estávamos à espera que tivesse acontecido com ele ainda vivo, mas infelizmente não foi possível. Homenageamos duas pessoas que estiveram muito ligadas à Santa Casa, mas também a outras instituições sociais, cívicas, desportivas e políticas do Peso da Régua. Quer um, quer o outro, foram duas pessoas de causas.

O professor Fernando Pinto, felizmente está vivo e, é sem dúvida, uma personalidade com que a Régua contou e conta. Foi presiden-

te da nossa Assembleia Geral muitos anos, e o Júlio Mota, por sua vez, deu um enorme e leal contributo à nossa instituição, disponível, sempre, durante muitos anos.

No que se refere às instituições: A Câmara Municipal do Peso da Régua, por exemplo, no que se refere ao tema do hospital D. Luiz I, a quem muito agradecemos, existe uma cooperação já com alguns anos, com toda a mútua disponibilidade como deve acontecer entre instituições. Por sua vez, os Bombeiros Voluntários, são nossos parceiros de há muitos anos, disponibilizando um serviço de enorme valia para os nossos utentes.

O contexto Estado/ Setor Social

De há muito que o Estado tem vindo a servir-se da sociedade civil para que nomeadamente através de instituições como as Santas Casas da Misericórdia, sejam prestados relevantes e essenciais serviços. Sabemos que nem sempre, existe a devida e atempada contrapartida.

Qual é a atual situação?

Começo a fazer referência ao seguinte: Em relação ao interior, o problema do despovoamento, tem de começar a ser encarado a sério e de uma vez por todas, para se não chegar ao ponto de não retorno.

Atualmente e já de antes, se analisarmos

grande, as pessoas podem parar a viatura e a pé prestarem os cuidados em várias casas. No entanto, aqui, têm de andar quilómetros e mais quilómetros para o mesmo tipo de cuidados.

Pode parecer que não, mas isto cria à partida, uma considerável diferença nos meios e nos custos. A nossa realidade é muito mais difícil do que a dos centros urbanos, com a consequente mão cheia de problemas, sobretudo financeiros.

Mas, há um outro problema que resulta da baixa densidade populacional e que advém do facto de o Estado compartilhar os custos perante a lotação efetiva. Isto, porque há situações em que o número de utentes é baixo, resultando daí perda de receitas.

Qual é a relação entre a procura e a oferta? Há capacidade de resposta, ou é o contrário, com a oferta a superar a procura?

Seguindo o exemplo da Régua: Em 1981, tínhamos 7 500 jovens com idade até aos 14 anos. Mas em 2021, 40 anos decorridos, tínhamos 1 500. Perdemos por isso, cerca de 80 por cento da população mais jovem, com as consequências a serem sentidas com o decorrer do tempo.

Vai ser complicado, pois as estruturas

Note-se que a gratuidade nas Creches, é para as crianças nascidas após o dia 1 de setembro de 2021, e o Ensino é gratuito até ao estabelecido na lei. Quando todas as crianças, ou seja, os pais, pagavam para frequentar as Creches, havia uma gestão no período de 1 ou 2 meses, em que elas saíam mais cedo para o Pré-escolar, libertando a Creche para poder admitir novas crianças perante as inscrições. Conseguia-se assim dar uma resposta mais alargada.

Agora, sendo a Creche gratuita nos casos que referi, mas sendo o Pré-escolar pago a seguir, os pais procuram deixar a criança até o mais tarde possível, indo até ao limite, e assim, fica mais limitado o número de vagas disponibilizadas.

bem, o grosso das medidas contempla o litoral e as áreas com maior densidade populacional e o resto do território sofre as consequências, nomeadamente na gestão financeira dos serviços.

No que se refere às nossas receitas e às nossas despesas, acontece que gastámos mais num serviço prestado do que as congéneres do litoral muito habitado. Por exemplo, no Serviço de Apoio ao Domicílio, numa cidade

estão pensadas e construídas para uma determinada quantidade de pessoas que não se vai verificar. Disto, resultam ou resultarão problemas de exploração porque a dotação financeira é feita tendo em conta o número exato de utentes que usufruem dos serviços.

Urge, pois, que se encontre uma solução. A realidade mudou. A de há 45 anos não tem nada a ver com a de agora. Existem outro tipo



de dificuldades a que obrigatoriamente tem de se dar solução.

Temos de continuar a sermos capazes de suprir as necessidades das pessoas, mas com condições, seja uma ou sejam cem. Sabemos que o Estado tem poucos recursos, somos um país pequeno e que não é rico, mas é possível mais e melhor, se houver um aproveitamento o mais eficaz possível.

A Creche

No Centro Infantil, sente-se o problema da falta de vagas para as crianças que querem entrar para a Creche. Qual é a razão e qual é o ponto da situação?

De um momento para o outro, parece que surgiram mais crianças que as que estariam registadas, subiram em número. Todos se admiraram, inclusivamente os serviços do Estado, perante a quantidade de crianças a aguardar vaga nas creches.

Mas equacionando: Uns tempos atrás, tínhamos cerca de 40 e tal crianças em lista de espera. Sendo gratuita, até se pode dizer que é um incentivo à natalidade, indo-se ao ponto de a situação de espera ser comum a todas as Creches. No entanto, feitas as contas,



pode verificar-se que não é bem assim, pois tudo somado a soma das parcelas não reflete o concreto, porque os pais inscreveram a mesma criança em mais do que uma instituição à espera da primeira vaga.

Por isso se impõe que a situação seja analisada a nível concelhio para que se conclua acerca das necessidades concretas. A Câmara Municipal está alertada para esta situação e está a contabilizar os casos em espera para que se chegue a uma conclusão. Entretanto, facto certo, é que, neste momento, as Creches estão todas sem vagas e com muita dificuldade para ir ao encontro das necessidades dos pais.

Note-se que a gratuidade nas Creches, é para as crianças nascidas após o dia 1 de setembro de 2021, e o Ensino é gratuito até ao estabelecido na lei. Quando todas as crianças, ou seja, os pais, pagavam para frequentar as Creches, havia uma gestão no período de 1 ou 2 meses, em que elas saíam mais cedo para o Pré-escolar, libertando a Creche para poder admitir novas crianças perante as inscrições. Conseguia-se assim dar uma resposta mais alargada.

Agora, sendo a Creche gratuita nos casos que referi, mas sendo o Pré-escolar pago a seguir, os pais procuram deixar a criança até o mais tarde possível, indo até ao limite, e assim, fica mais limitado o número de vagas disponibilizadas.

Por isso, é urgente, e estava previsto que fosse já este ano, que o Pré-escolar seja também gratuito para as crianças nascidas após setembro de 2021.

No início deste ano escolar, tínhamos seis crianças nas condições de Pré-escolar, mas espero que no próximo ano letivo esta situação seja resolvida para o bem das crianças que não conseguem lugar no sistema público, ou que por opção não optaram por ele por decisão dos pais.

Não se entende, é que haja gratuidade na Escola até aos 3 anos, depois haja um interregno até aos 5 anos para depois voltar a haver gratuidade, com a consequente interrupção de frequência no local de Ensino.

Este deve ser gratuito desde os três meses até ao 12º, ano, tal como estava previsto acontecer já este ano. No entanto, estamos em março, e ainda não se verificou. Não sei qual é a razão, mas, o certo, é que isto é um erro que pode afetar as crianças que começam a aprender e a socializar, interrompem, e depois volta ao local de origem e aos respetivos companheiros.

A nova Unidade de Convalescença

A abertura da Unidade de Convalescença de Curta Duração no edifício do Hospital D. Luiz I, está prevista para quando?

Deixe que antes explique as tipologias dos internamentos. A mais curta, que é a de convalescença até 30 dias, depois, a de média

duração, que vai até aos 90 dias, depois há a de longa duração para cima de 90 dias e que é também de manutenção, porque a pessoa padece de enfermidades prolongadas. Depois, há de cuidados paliativos, que pode dizer-se, contempla situações terminais. Temos, pois, quatro tipologias.

A Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua, tem sob a sua responsabilidade uma de Média Duração no antigo Asilo Pedro Verdial com 26 camas e que está em fase de alargamento, mas com atraso nas obras. Isto, porque fizemos duas candidaturas ao PRR, sendo uma delas para esse efeito. Outra, é para a Creche. Aconteceu, que não correu bem.

O problema surgiu porque em relação à Creche, foi entendido que se tratava de uma nova oferta de serviço, se calhar por deficiência na comunicação, e não foi aprovada a candidatura por estar fora do que era contemplado em termos de dotação distrital de equipamentos. No entanto, não era disso que se trata, pois, o pretendido é deslocar a atual Creche que já tem alguns anos e começa a apresentar desgaste, para um novo local junto ao Lar, trata-se de uma deslocalização do equipamento e não de um novo serviço.

Acerca da ampliação da Unidade de Convalescença Carlos Cardoso dos Santos, fazendo ela parte do Contrato Programa com o número de camas estipulado e orçamentado, entende-se que não se pode candidatar aos PRR. A coisa está a funcionar ao contrário, pois não se permite que as obras avancem o mais rapidamente possível, e quem tem as camas disponíveis, tem de esperar 4 ou 5 anos para concluir a obra por falta de verba atempada para a suportar.

Quanto ao edifício do Hospital que é pro-

Quanto ao edifício do Hospital que é propriedade da Santa Casa, existe uma parceria com a Câmara Municipal que permitiu a esta a cedência do direito de superfície por um período de 15 anos.

Foi feita por parte da Câmara Municipal uma candidatura para apoio financeiro que permitiu as obras e aqui o nosso agradecimento, não só pela recuperação e valorização do edifício do Hospital, mas também por nos ter dado a oportunidade de termos mais um equipamento para gerirmos e engrandecermos o nosso património. No entanto, estas atrasaram-se. Vai abrir faseadamente, primeiro a Unidade de Convalescença.

priedade da Santa Casa, existe uma parceria com a Câmara Municipal que permitiu a esta a cedência do direito de superfície por um período de 15 anos.

Foi feita por parte da Câmara Municipal uma candidatura para apoio financeiro que permitiu as obras e aqui o nosso agradecimento, não só pela recuperação e valorização do edifício do Hospital mas também por nos ter dado a oportunidade de termos mais um equipamento para gerirmos e engrandecermos o nosso património. No entanto, estas atrasaram-se. Vai abrir faseadamente, primeiro a Unidade de Convalescença.

Dando antes o contexto: No edifício,



irá haver duas situações diferentes. A Unidade e o Centro de Saúde, cada qual com a sua alçada.

Exatamente. As 30 camas disponibilizadas para convalescença serão de nossa responsabilidade, e no outro espaço, irá funcionar o Centro de Saúde, sob responsabilidade do respetivo ministério e da Câmara Municipal ao abrigo da descentralização de serviços.

Ali, irá funcionar o novo Centro de Saúde com serviços mais alargados, pois está previsto que haja serviço de atendimento permanente (S.A.P.) durante a noite e com equipamentos como o Raio X e outros de

mento da Santa Casa, nomeadamente em termos de recursos humanos...

Sim, como é óbvio. Está previsto admitirem-se 40 ou 45 pessoas para a operacionalidade do equipamento.

Como se processa a admissão dos utentes?

Processa-se através da Rede Nacional de Cuidados continuados, responsável pelas baixas e altas dos utentes. naquilo que é uma situação pioneira e a estender-se ao resto do país. Os hospitais e Centros de saúde articulam-se com essa Rede e os utentes são encaminhados.

Pela lógica poderemos especular que a nossa irá servir em boa parte no apoio ao Centro Hospitalar de Vila Real, podendo assim dizer-se que há uma grande vantagem para as pessoas da região, uma vez que os doentes depois de serem tratados, operados por exemplo, poderão vir para a Régua para acompanhamento e recuperação clínica até terem alta.

Todos os serviços prestados por instituições como esta, são-no com verbas pré-estabelecidas e fixas. Quer isto dizer que, em termos de gestão não é fácil, uma vez que não se pode influenciar o preço a receber nem a margem respetiva.

Sem dúvida. O Setor Social tem as receitas contratualizadas pelo Estado através dos Acordos de Cooperação. As outras, de menor percentagem, advêm dos rendimentos dos utentes ou dos seus familiares.

O Estado, estabelece quer as verbas, quer as regras de funcionamento, inclusivamente em termos de número mínimo de pessoas para prestarem os serviços. Neste campo, recordei que a nossa situação já esteve mais difícil, por exemplo em 2009 e 2010, quando o encargo com o Quadro de Pessoal era de 80 por cento.

Fizemos alguns ajustes, e agora anda nos 59 ou 60 por cento, o que é aceitável.

A nova valência significa um cresci-

97.º Aniversário da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua



União das Misericórdias, quis por sua vez associar-se à homenagem a estas duas personalidades, e pela mão do seu Presidente, Dr. Manuel Lemos, foi-lhes entregue o Diploma de Mérito Grau Prata.

Agraciados também, foram a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Peso da Régua, e a Câmara Municipal do Peso da Régua, como forma de agradecimento e de reconhecimento pelas dinâmicas e pelas atividades proporcionadas no âmbito da cooperação profícua entre aquelas entidades e a Santa Casa da Misericórdia reguense.

No seu discurso, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua, Professor Manuel Mesquita, deu ênfase especial à história da Instituição, elencando todas as suas Valências, mostrando



a enorme importância que os serviços das mesmas significam para a comunidade reguense.

Por sua vez, o Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Manuel Gonçalves e o Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntário, Ilídio Mendes, mostrando-se agradecidos pela distinção, garantiram a continuidade na cooperação plena entre as instituições, em favor dos cidadãos.

De referir que a Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua, viu o seus Estatutos aprovados pelo governo da República no dia 28 de fevereiro de 1928, sendo sucessora da Confraria da Nossa Senhora da Misericórdia, instituída em 27 de fevereiro de 1881, pela Liga de Amigos do Hospital de D. Luiz I.



No passado sábado dia 1 de março, a Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua, celebrou o seu 97.º Aniversário, numa cerimónia que decorreu no AUDIR- Auditório Municipal do Peso da Régua.

Na sessão que contou com a presença de representantes da sociedade civil e de outras instituições do âmbito da solidariedade social, e no seguimento do deliberado pela Mesa Administrativa, foram atri-

buidos reconhecimentos públicos ao Professor Fernando Adriano Pinto, pelo seu desempenho enquanto Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Misericórdia, e ao recém-falecido Vice-Provedor, Júlio Alfredo Mota, que deu um longo e importante contributo enquanto elemento da Mesa Administrativa.

Ambos, foram agraciados com uma Placa de Mérito e Gratidão e um Certificado de Mérito. A

